

SEÇÃO: VARIA

UMA INTRODUÇÃO ÀS NOVAS SOLUÇÕES DO ENIGMA DE FREGE *An Introduction to Frege's Puzzle's New Solutions*

Victor Angelucci de Moura Sousa¹

<https://orcid.org/0009-0004-1230-1545>

victorangelucci1705@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar respostas contemporâneas ao problema da significância cognitiva (Enigma de Frege ou *Frege's Puzzle*). Serão apresentadas teorias neofregeanas (notadamente a de François Recanati) e teorias relacionistas (os relacionismos formal e semântico de Kit Fine). Tais teorias lidam de maneira diferente com o problema, caracterizando o fenômeno da significância cognitiva com seus próprios recursos. Vamos discutir as teorias e, ao fim, realizar um breve balanço das explicações fornecidas por elas; nenhum argumento decisivo será fornecido contra ou a favor das posições em geral, mas com o problema e suas respostas claramente expressados, esperamos mostrar que decidir por uma teoria em detrimento à outra depende não só das respostas e explicações em si, mas de como cada tipo de teoria constrói o escopo do problema.

Palavras-chave: Filosofia da linguagem. Filosofia da mente. *Frege's Puzzle*.

Abstract: The present article aims at presenting contemporary solutions to the problem of cognitive significance (or to Frege's Puzzle). Both NeoFregean (namely François Recanati's) and relationist (the formal and semantic varieties) theories will be presented. Those theories face the problem in different ways, characterizing the phenomenon of cognitive significance with their own resources. Both theories shall be discussed and, at last, we will make a brief assessment of their explanations. No decisive argument will be provided in favor or against them, however with the problem and its answers clearly expressed, we hope to show that to choose one theory instead of the other depends not only on their answers and explanations, but also on how each type of theory builds the scope of the problem.

Keywords: Philosophy of Language. Philosophy of Mind. *Frege's Puzzle*.

1 Introdução

Gottlob Frege se deparou com um problema interessante no que diz respeito às identidades. A dificuldade aparece quando lidamos, por exemplo, com o seguinte caso: $a=a$ e $a=b$. A primeira identidade é trivial e sua verdade pode ser constatada *a priori*, não há ganho de conhecimento; já a segunda identidade não é trivial, há ganho de conhecimento e a experiência, investigação empírica ou raciocínio (para identidades empíricas e lógico-

¹ Bacharel e mestrando em Filosofia pela UFGS.

matemáticas, respectivamente) podem ser decisivas para determinar o valor de verdade de tal identidade. Apesar dessas diferenças, podemos ainda dizer que ambas as sentenças possuem o mesmo significado, visto que ambas são sobre o mesmo objeto. Como duas sentenças podem ter o mesmo significado e ainda assim diferirem tanto no que diz respeito às suas propriedades epistêmicas e cognitivas? Na *Conceitografia* (§8), Frege (2012) tentou dar uma resposta a esse problema. Em contextos com o símbolo de identidade, os sinais utilizados para representar objetos não falam mais sobre tais objetos, mas sim sobre os sinais eles mesmos. Uma identidade seria então sempre entre símbolos, interpretaríamos $a=b$ como “O sinal a diz respeito ao mesmo objeto que o sinal b ”.

A solução da *Conceitografia* foi posteriormente rejeitada pelo próprio Frege, em seu artigo “Sobre o Sentido e a Referência” (FREGE, 2011). O principal problema da resposta está em justamente alterar o significado dos símbolos quando há uma identidade. Frege argumenta, neste artigo posterior, que pelo fato de podermos arbitrariamente escolher quais signos vão designar quais objetos, identidades não exprimiriam nenhum conhecimento verdadeiro. Uma identidade $a=b$ não exprimiria fato novo justamente pois podemos definir qual o objeto é referência dos símbolos antes mesmo de avaliarmos a verdade ou falsidade da sentença. Assim, a solução da *Conceitografia* não consegue lidar com o problema das identidades. Frege vai, então, propor a famosa distinção entre sentido e referência, tendo em vista tal problema. A referência de um termo singular (ou o conteúdo referencial) é o objeto que tal termo seleciona ao ser utilizado. Um nome próprio tem como referência seu portador, por exemplo. Já o sentido de um termo, nas palavras de Frege, contém o modo de apresentação do objeto, a maneira pela qual esse objeto é apresentado a alguém. A adição do sentido, além do conteúdo referencial das expressões, é o que permite ao novo quadro teórico de Frege explicar a diferença de valor cognitivo das identidades supracitadas. Mostrou-se, por meio deste novo quadro teórico, que o conteúdo referencial não determina o modo de apresentação dos termos. Identidade de conteúdo referencial não implica em identidade de modo de apresentação, assim como mostrado no caso de Frege (GRAY, 2020).

Após esta breve introdução às motivações de Frege para postular a distinção entre sentido e referência, podemos prosseguir com a discussão deste presente trabalho. Existem dificuldades com o quadro fregeano, notadamente dizer o que é o sentido e qual a sua estrutura. Frege opta por construir sentidos como objetos abstratos, existindo

independentemente da mente dos sujeitos. Mas a dificuldade de explicar como diferentes pessoas apreendem o mesmo objeto abstrato, juntamente com a interpretação de que a estrutura dos sentidos pode ser esquematizada como uma descrição (um conceito denotativo somado a uma condição de unicidade, nos casos dos termos singulares), “internalizou” o sentido (BERMUDEZ, 2016:23-25). Sujeitos apreendem condições descritivas que devem ser satisfeitas por um objeto. A condição descritiva funciona como modo de apresentação do objeto e também como o fator que explica porque tal e tal termo possui sua referência.

Esse é o fregeanismo descritivo, a interpretação padrão da semântica de dois níveis fregeana. A posição foi amplamente criticada ao longo do século XX, por filósofos e filósofas que se engajaram no processo de construir uma teoria da referência direta em filosofia da linguagem. Em poucas palavras, descrições não funcionam como mecanismos para seleção da referência dos termos (pensando aqui nos casos de referência singular, nos quais a descrição figuraria no conteúdo semântico) pois: i) há uma disparidade no comportamento de descrições e nomes próprios em contextos intensionais e hiperintensionais, notadamente a ambiguidade gerada pelo fenômeno da variação do escopo de operadores dos tipos relevantes, ii) termos indexicais selecionam suas referências por meio de condições de satisfação que não figuram no conteúdo das sentenças, iii) existem usos não atributivos de descrições, que selecionam objetos sem satisfação do conceito denotativo (KRIPKE, 1980; KAPLAN, 1989; DONNELLAN, 1966)².

Temos então o seguinte cenário teórico: um problema que deve ser explicado, o da diferença de valor cognitivo de identidades com o mesmo conteúdo referencial, e um quadro teórico que não se sustenta, tendo em vista a maneira que ele constrói os modos de apresentação, i.e., as entidades que devem explicar a diferença de valor cognitivo. Precisamos de novas teorias. O presente artigo tem como objetivo apresentar respostas contemporâneas ao problema da significância cognitiva (ou *Frege's Puzzle*). Serão apresentadas teorias neofregeanas (notadamente a de François Recanati) e teorias relacionistas (o relacionismo formal e o relacionismo semântico de Kit Fine). Tais teorias lidam de maneira diferente com o problema, caracterizando o fenômeno da significância

² Deve-se notar que existem outras críticas, mas como as discussões acerca do estabelecimento da teoria da referência direta estão fora do escopo do artigo, cito aqui apenas algumas das principais críticas ao fregeanismo descritivo.

cognitiva de maneira diferente. Vamos discutir as teorias e, ao fim, realizar um breve balanço das explicações fornecidas pelas teorias; nenhum argumento decisivo será fornecido contra ou a favor das posições em geral, mas com o problema e suas respostas claramente expressados, veremos que decidir por uma teoria em detrimento à outra depende não só das respostas em si, mas de como cada tipo de teoria constrói o escopo do problema.

2 Introdução ao Neofregeanismo

Nesta seção discutiremos o que são posições neofregeanas e uma de suas variedades. A seção estará estruturada em 3 sub-seções: uma sobre neofregeanismo em geral e outra sobre a teoria dos arquivos mentais de François Recanati, além de uma breve conclusão.

2.1 Introduzindo o neofregeanismo

Expandindo o que foi dito na seção 1, a semântica fregeana de dois níveis é construída como uma semântica internista. Em semânticas do tipo, o conteúdo, seja de representações na mente ou de termos linguísticos³, é determinado por aquilo que o sujeito apreende. No caso seriam conceitos denotativos, que podem ser satisfeitos por objetos no mundo. Importante aqui ressaltar que figura no conteúdo tais condições de satisfação, sendo assim a semântica fregeana é tanto uma semântica internista quanto descritivista. Uma semântica internista se contrapõe a uma externista. Nestas, as maneiras que a referência de uma representação é selecionada não precisam figurar no conteúdo, nem serem apreendidas pelo sujeito. Um exemplo paradigmático é a imagem sócio-histórica para seleção da referência de nomes próprios. A cadeia comunicacional que garante a referência de um nome como “Aristóteles” não precisa também ser representada pelo sujeito.

Milikan, cética em relação a utilidade teórica da noção de modo de apresentação, expõe uma tensão em modelos internistas (e fregeanos) de fixação da referência (MILIKAN, 1997). A filósofa critica a semântica fregeana quando esta tenta equilibrar duas teses: i) duas representações apresentadas sob o mesmo modo de apresentação têm a mesma referência e ii) a correferencialidade deve ser transparente para o sujeito. Tal crítica é pertinente para

³ Ao longo do texto, serei pouco rigoroso quanto à utilização de termos como “representação” ou “conceito”. Apelo aqui para a noção de dispositivo representacional (BURGESS, CAPPELEN, PLUNKETT 2020:474). A ideia básica é que palavras possuem significado, conceitos e representações também, o que quer que eles sejam. Os argumentos e as posições consideradas e discutidas aqui devem ser *prima facie* aplicáveis a quaisquer tipos de dispositivos representacionais, sejam eles mentais ou linguísticos. Não nego que a discussão e investigação o acerca das diferenças na natureza e no funcionamento desses dispositivos seja relevante, mas tal empreendimento ultrapassa o escopo do artigo.

apresentarmos o neofregeanismo, então vamos nos deter brevemente nela. Inicialmente, introduziremos a noção de transparência. Duas ocorrências de representações são transparentes entre si quando é possível saber⁴ *a priori* que ambas são sobre o mesmo objeto. A transparência, neste sentido, é um fenômeno que se dá no nível dos modos de apresentação, não do conteúdo referencial. Isso quer dizer que duas ocorrências de representações são transparentes entre si quando há uma identidade de modos de apresentação, portanto correferencialidade não é suficiente para transparência⁵.

As posições neofregeanas irão sustentar que modos de apresentação são transparentes entre si. Se elas não o fizessem, não haveria razão para introduzir um nível que não fosse o do conteúdo referencial no debate (RECANATI, 2016:12-13). Na seção 1 discutimos o caso das igualdades informativas e não informativas. Identidades como $a=a$ mantêm o modo de apresentação idêntico entre as ocorrências, assim como em inferências do tipo $Fa, Ga \vdash Fa \wedge Ga$. Na inferência exposta aqui, temos um fenômeno que Campbell chama de *trade on identity* (CAMPBELL, 1988). Nós pressupomos que as constantes individuais são correferenciais. A inferência não é um entimema, isto é, não há nenhuma premissa implícita que identifica as ocorrências das constantes. Não há *trade on identity* em inferências que utilizam constantes diferentes em suas premissas, nestes casos uma identificação entre as constantes é necessária para a validade do argumento (os casos de Frege são um exemplo paradigmático). Quando o fenômeno ocorre, podemos dizer que as representações envolvidas são transparentes entre si, no sentido de o sujeito tomá-las como correferenciais⁶. Enquanto tal, a transparência entre as representações *explica* a racionalidade de raciocinadores ou de agentes. Sem ela, seria impossível dizer que o

⁴ “Saber” não é necessariamente ter uma crença explícita ou algum tipo de estado metarepresentacional em relação as próprias atitudes proposicionais. Pelo contrário, o saber que duas representações compartilham o mesmo modo de apresentação pode ser entendido como um conhecimento disposicional, que influencia nossas ações e inferências sem ser explicitamente representado. Ver (RECANATI, 2016).

⁵ Veremos mais adiante como, no *framework* de Recanati, correferencialidade não é nem necessária para transparência, mas apenas quando individualizamos os modos de apresentação com uma condição normativa. Duas representações, *qua* ocorrências, podem possuir o mesmo modo de apresentação sem serem *de facto* correferenciais. Isso é possível quando há uma falha no rastreio da referência, isto é, quando a tal condição normativa é burlada.

⁶ O *trade on identity* pode ocorrer não só nos casos de argumentos formalmente válidos, mas é possível estender o fenômeno para até mesmo casos de percepção supra-modal de objetos. Quando um sujeito interage com mesmo objeto que é visto como sendo F e ouvido como sendo G, tal sujeito pode inferir que uma mesma coisa é F e G. O interesse nestes casos reside no fato de que, *prima facie*, o modo de apresentação dos objetos seria diferente, mas ainda assim há transparência entre as representações de modalidades sensoriais diferentes. Ver (RECANATI, 2016:16-17).

comportamento inferencial exposto acima é racional e outro, que concluísse $Fb \wedge Gb$, irracional, já que não haveria razão para o sujeito pressupor a correferencialidade das representações a e b . Logo, não será uma solução para as críticas de Milikan abandonar a transparência.

O problema está justamente no internismo da fixação da referência. É mais simples explicar a transparência de modos de apresentação com um fregeanismo descritivo; duas ocorrências são transparentes quando o mesmo conceito denotativo, internalizado pelo sujeito, é reutilizado. Se a referência de “Aristóteles” é fixada pelo conceito “O autor da *Metafísica*”, duas ocorrências do nome são transparentes entre si, pois o mesmo conceito é “utilizado” duas vezes. Mas o internismo é uma teoria cada vez menos utilizada na literatura de filosofia da linguagem e da mente. A teoria da referência direta foi um movimento que não só criticou o internismo e o descritivismo, mas que também articulou fortes argumentos em favor do externismo⁷. Se rejeitarmos o internismo, apenas respostas externistas estarão disponíveis para explicar a fixação da referência. O neofregeano terá então a missão de conciliar a externalização da fixação com a transparência dos modos de apresentação. É essa conciliação que Milikan critica; duas representações podem compartilhar um mesmo modo de apresentação sem correferência, pois a externalização dos métodos de fixação da referência permite a falibilidade. Imagine, por exemplo, que um sujeito está olhando para uma única mosca voar. Ele pensa “aquela mosca é barulhenta” e fecha os olhos por alguns instantes, tempo suficiente para a mosca sair do ambiente e outra, diferente, ocupar seu lugar. Ao abrir os olhos, o sujeito pensa “aquela mosca continua aqui”. Este caso simples com demonstrativos mostra como o externismo (aqui representado pela percepção) permite transparência sem correferencialidade; há uma falha no rastreamento da referência do conceito, este falha em se referir ao mesmo objeto nas suas duas ocorrências. O modo de apresentação, entretanto, se mantém o mesmo.

Com a crítica de Milikan, fica claro que é um dos principais objetivos das posições neofregeanas conciliar o externismo com a noção de modos de apresentação transparentes que nos interessa aqui. Para vermos como isso será possível, apelaremos aqui para um modelo apresentado por Bermudez que conecta a fixação da referência externista com a noção de modo de apresentação (BERMUDEZ, 2016:30). Para o filósofo, a noção de modo de

⁷ Ou seja, argumentos negativos e positivos foram desenvolvidos. Para este ponto, ver as referências ligadas à nota de rodapé 2.

apresentação explica aquilo que é *entendido* por um sujeito sem determinar ou fixar a referência da representação de maneira absoluta. Podemos entender essa dimensão das representações como aquilo que dá o sentido e/ou o valor cognitivo para elas. Citando Bermudez sobre a relação entre fixação da referência e modos de apresentação:

Na realidade, para retornarmos à teoria causal da referência, é perfeitamente compatível com a teoria híbrida pensar a referência da maneira que a teoria causal o faz. Não há inconsistência em defender que os valores semânticos dos nomes são fixados como a teoria causal sugere, enquanto também defendemos que nosso entendimento desses nomes consiste em pensarmos sobre seus valores semânticos de certas formas (sob certos modos de apresentação) (BERMUDEZ, 2016: 32).

A teoria híbrida mencionada é justamente a conjunção de mecanismos externos de fixação da referência com modos de apresentação. Além disso, podemos estender o que foi dito na citação para além de nomes próprios, já que a fixação da referência de outros tipos de representações também é consistente com o modelo citado.

A caracterização do neo-fregeanismo nestes termos não nos diz muito sobre o que são os modos de apresentação nem sobre quais são os métodos de fixação da referência dos termos linguísticos ou constituintes dos pensamentos. Além disso, ainda não está claro como conciliaremos a correferencialidade requerida pela transparência de representações com a possibilidade de não haver correferencialidade *de facto*. O próximo passo para entender como resolver essas tensões e desenvolver uma posição neofregeana viável será construir os modos de apresentação, *qua* entidades teóricas que explicam aquilo que é entendido por um sujeito, como maneiras de se conseguir informações sobre os objetos. Se um sujeito percebe um objeto pela percepção, então a percepção está envolvida na caracterização do valor cognitivo da representação correspondente. Colocada nestes termos, como compartilhada por todas (ou pela maioria) as posições neofregeanas, a ideia já está desenvolvida em Evans e é absorvida por Recanati, mesmo que em outra arquitetura cognitiva. Gray escreve:

Como deveríamos pensar sobre a fixação da referência se não de maneira descritiva? Em geral, fregeanos não descritivos apelam para as maneiras que estados representacionais estão ligados a sistemas de processamento de informação (Evans, 1982, seção 5.2). Neste modelo, sentidos são entendidos como maneiras de ganhar informação de, e agir sobre, objetos. *Tokens* de atitudes proposicionais são situados na arquitetura cognitiva do sujeito para que tenham conexões aos sistemas de percepção e ação; conexões essas que não são totalmente determinadas pelo conteúdo referencial dessas representações (GRAY, 2020:8).

Para esclarecer ainda mais, podemos apelar para a noção de modos de identificação de Evans (1982)⁸. Os modos de identificação estão agrupados em uma tríade, notadamente a percepção, a memória e o testemunho. Tomando a percepção de exemplo, quando vemos, tocamos, ouvimos ou percebemos, no sentido supra-modal, estamos recebendo informações dos objetos. Isso ao mesmo tempo fixa a referência dos estados mentais do sujeito e fornece um valor cognitivo para a representação. Seguindo no exemplo da percepção, perceber um objeto também é posicioná-lo no espaço egocêntrico, no espaço de ações possíveis (EVANS, 1982; CARVALHO, 2016)⁹. Isso significa que ao percebermos um objeto, nós recebemos informações sobre sua posição em relação a ações possíveis que o sujeito pode desempenhar, tais informações podem ser usadas imediatamente para interagir com o objeto. Deve-se notar que não é o conteúdo referencial das representações que explica essa vicissitude da percepção, mas o modo de identificação. Assim como na citação de Gray, uma maneira de conseguir informações acerca de um objeto fixa a referência da representação e determina o valor cognitivo da mesma. É assim que referência e valor cognitivo se combinam no quadro neofregeano, explicando a diferença das propriedades epistêmicas e cognitivas das identidades do Enigma de Frege.

A presente subseção tentou caracterizar de maneira geral a posição neofregeana, partindo da construção canônica do fregeanismo como uma teoria semântica descritivista e internalista. O neofregeanismo seria então uma maneira de conjugar a fixação externa da referência com uma construção não descritivista das entidades responsáveis por explicar o valor cognitivo das representações. Não seriam os modos de apresentação que determinariam a referência das representações, mas sim os mecanismos de fixação da referência que nos apontam sob qual perspectiva o agente pensará sobre o objeto. Dito isso, uma questão continua aberta. Vimos como as noções de valor cognitivo e fixação externa da referência podem ser combinadas, mas não resolvemos o problema levantado por Milikan acerca das representações transparentes e não correferenciais. Aceitar o externismo é aceitar a falibilidade da referência. Como podemos manter modos de apresentação como transparentes entre si, sem garantia de correferencialidade? Na próxima seção, utilizaremos o trabalho de François Recanati para não só responder essa questão, mas também para oferecer uma outra caracterização do que são modos de apresentação.

⁸ Veja especificamente os capítulos 4 e 5.

⁹ Veja especificamente o capítulo 6 de Evans e a seção 4.3.4 de Carvalho.

2.2 Recanati e os arquivos mentais

Antes de enfrentar o problema deixado pela última subseção, apresentaremos inicialmente o *framework* de Recanati acerca do que são arquivos mentais, além de como ele absorve as características de teorias neofregeanas.

Arquivos mentais, enquanto conceitos singulares aplicáveis no pensamento, são containers de informação (RECANATI, 2016). A função de um arquivo é guardar informações acerca de um objeto, informação essa adquirida por meio de uma relação que transmite informação do objeto para o sujeito. Tais relações são chamadas de relações ER (*epistemically rewarding relations*). A ideia de um container mental se contrapõe a de uma coleção (ou conjunto) de informações. A principal diferença entre os modelos se dá na individuação dos mesmos. Uma coleção pode ser individuada seguindo o axioma da extensionalidade da teoria dos conjuntos ZFC: se duas coleções possuem os mesmos elementos, então elas são iguais. Já os arquivos de Recanati não são individuados desta forma, mas sim por meio de relações epistemicamente recompensadoras dadas entre sujeito e objeto (como será especificado na continuação do texto). Nota-se que dois arquivos podem ter as mesmas informações e podem ser acerca do mesmo objeto e mesmo assim podem ser diferentes. Além disso, um sujeito pode ter um pensamento singular, saturado por um conceito singular, sem que este conceito possua referência, portanto não faz sentido apelar apenas para a extensão se quisermos individuar os arquivos.

A ideia de que não basta apelar para a extensão está relacionada com outro traço importante dos arquivos mentais de Recanati. No *framework* do filósofo, arquivos mentais são modos de apresentação dos objetos (RECANATI, 2012:34). A função de um arquivo é guardar informações sobre objetos, informações essas que são adquiridas por meio de relações que servem de canais de informações entre sujeito e objeto. Essas relações não só fixam a referência do arquivo como também determinam o valor cognitivo do arquivo correspondente. Para entendermos isso, é útil a divisão tripartite proposta por Recanati para explicar a dinâmica de utilização dos arquivos mentais. Falamos de tipos, *tokens* e ocorrências de arquivos (RECANATI, 2012:78)¹⁰. *Qua* tipos, arquivos não se referem a nada. Um tipo de arquivo captura um tipo de relação ER que, quando se dá em um contexto, gera um *token* de um arquivo. Tal *token* pode ser utilizado em vários pensamentos diferentes

¹⁰ Veja a nota de rodapé 2 no texto de Recanati.

como *Fa*, *Fa^AGa* e assim por diante; cada constante individual representa uma ocorrência do mesmo *token*, com a referência e o valor cognitivo estáveis.

Deve-se notar a similaridade entre o que foi exposto no parágrafo acima e a teoria kaplaniana dos indexicais. De fato, o modelo de Recanati para arquivos mentais é um modelo indexical. A distinção *tipo/token* exposta no parágrafo passado é baseada na distinção caráter/conteúdo de Kaplan (RECANATI, 2012:59-61). Por exemplo, um arquivo como HERE (ou AQUI), tomado como tipo, não faz referência a lugar algum. Mas quando um sujeito está ocupando algum lugar, ele pode receber informações acerca deste lugar em virtude de estar o ocupando. Não só o local será apresentado como o lugar ocupado pelo sujeito, como também a referência do arquivo será fixada por essa relação particular.

Para finalizar a breve exposição do modelo, antes de enfrentarmos o problema da transparência dos modos de apresentação, vamos expor com mais detalhe a individuação dos arquivos mentais. Recanati escreve:

Já que a função de um (tipo de) arquivo é explorar um dado (tipo de) relação ER, um *token* desse tipo deve ser criado somente se o sujeito está na relação contextual adequada com alguma entidade, uma relação por meio da qual vai ser possível para ele ou ela ganhar informações da entidade. A não ser que haja um canal informacional do tipo apropriado que o arquivo pode explorar, não deve haver nenhuma ocorrência desse tipo de arquivo. Ou, para colocar em termos ligeiramente diferentes: abrir um arquivo do tipo *a* em um contexto *c* pressupõe que haja, em *c*, um único objeto *x* tal que o sujeito esteja em uma relação *Ra* com *x* e, em virtude de estar nesta relação com *x*, consegue ganhar informações de seu papel do arquivo é armazenar (RECANATI, 2012:60-61).

Um aspecto fundamental da individuação de arquivos que é frequentemente ignorado é que as condições de individuação de arquivos não são idênticas às condições *de facto* de criação de arquivos. Como podemos ver na citação acima, é pressuposto pelo sujeito que existe uma relação do tipo relevante, portanto um arquivo com o valor cognitivo definido pelo tipo de relação é criado. Se atrelarmos a individuação de um arquivo à presença *de facto* de uma relação ER, a teoria seria vítima de uma série de contra-exemplos. Pensemos em um caso similar ao da mosca, já mencionado neste texto: um sujeito observa uma mosca voar, logo ele possui um arquivo mental aberto, baseado na sua percepção; depois de desviar a atenção brevemente do animal e o observar novamente, o sujeito toma o objeto como diferente. Logo, um outro arquivo mental é aberto, mas um outro arquivo baseado na mesma relação ER, uma relação perceptual particular, que baseou a criação do primeiro (RECANATI 2024). Neste tipo de caso, uma mesma relação ER gerou dois arquivos

diferentes; este fenômeno é comum e constitui um contra-exemplo para a individuação de arquivos. Não conseguir lidar com tais casos colocaria em cheque a postulação de arquivos mentais (e modos de apresentação).

O passo para salvar a teoria é qualificar a individuação de arquivos adicionando um traço normativo. Este movimento teórico também é o caminho para salvar modos de apresentação transparentes da crítica de falibilidade de Milikan. Na seção anterior, vimos que o *trade on identity*, que Recanati chama de correferência *de jure* (RECANATI, 2016:3)¹¹, é uma forma de entender a transparência de representações. Além disso, vimos que não é uma opção abandonar o requisito de transparência entre modos de apresentação; isso implicaria em abandonar posições neofregeanas em geral. A resposta para o problema de Milikan implica em abandonar a factividade irrestrita da relação, abandonar a tese de que transparência implica em correferencialidade¹². O teórico fregeano pode apelar para essa estratégia, ela não é um movimento *ad hoc*. Uma das principais preocupações do (ne)fregeanismo sempre foi dar conta dos aspectos cognitivos associados à semântica da linguagem e do pensamento. Há uma continuidade entre essa aspiração geral das teorias do tipo e a concepção de transparência *qua* correferência *para um sujeito*¹³. Para uma semântica externista e de um nível semântico (sem a distinção referência/modo de apresentação), não há como, inicialmente, acomodar correferência *de jure* mas não *de facto*. Por isso Milikan¹⁴, que tinha em mente uma semântica deste tipo, argumentou que conjugar falibilidade e transparência seria impossível.

¹¹ A insistência na nomenclatura está conectada à individuação *de jure* dos arquivos mentais. Quando duas ocorrências de arquivos mentais são transparentes, temos correferencialidade *de jure* entre elas, mas sem garantia *de facto* de correferencialidade. Em termos cognitivos, o sujeito acredita que as ocorrências dizem respeito a uma e a mesma coisa, que existe uma única forma de receber informações acerca dos objetos que está sendo explorada. Mas *de facto* há uma falha no rastreamento das referências.

¹² O abandono da factividade aqui é parcial. Podemos sustentar que há sim factividade na medida em que se mantém o rastreamento dos objetos. Ver (RECANATI, 2016:16) e seção 2.4.

¹³ Justamente por isso que apelar para a caracterização de Campbell da transparência, o *trade on identity*, é útil. O próprio filósofo (CAMPBELL, 1994) defende uma concepção de validade que leva em consideração não o conteúdo referencial, mas sim o valor cognitivo das representações. Para conhecermos uma conclusão de uma inferência como as que discutimos no corpo do texto, não basta que haja manutenção do conteúdo, mas sim da maneira que o conteúdo é representado para alguém.

¹⁴ Além disso, Milikan parece considerar um quadro fregeano consideravelmente mais fraco do que o de Recanati, por exemplo. Em seu texto, a filósofa escreve: “E também, cada modo de apresentação apresenta sempre o mesmo objeto” (MILIKAN, 1997:517). Uma das principais referências que serviram de alvo das críticas de Milikan foi o modelo de Strawson para o agrupamento de informações acerca de objetos após uma identificação entre diferentes representações (*ibidem*:507-510). Tal modelo foi criticado por Recanati, tendo em vista que ele confunde operações diferentes que um sujeito pode realizar com arquivos mentais. No modelo de Strawson, é permitido apenas o *merging*, a junção de dois arquivos em um só, ou com a criação de um novo ou

Antes de seguirmos adiante, quero rapidamente apresentar uma dificuldade para a teoria de Recanati e como seu modelo pode dar conta dela. Vamos entender como o modelo indexical pode explicar aquilo que Recanati chama de arquivos estáveis (ou entradas enciclopédicas). Como vimos, há um papel central desempenhado pelas relações ER no quadro teórico. Os exemplos de relações mencionados até aqui foram basicamente perceptuais; o arquivo gerado por uma dada percepção se mantinha aberto pela duração da percepção. Se esta deixar de existir, o arquivo será fechado ou modificado. Comparar esta dinâmica dos casos perceptuais com o funcionamento de indexicais é natural, já que a referência de um indexical se mantém fixada com a manutenção da relação codificada pelo caráter do mesmo, relação entre enunciação de um *token* do indexical e referência. Mas parece que podem existir arquivos estáveis, que podem continuar abertos, sem serem modificados, apesar de não haver uma relação ER específica correspondente dada. Observe como esse não é o caso do arquivo EGO (ou SELF): neste caso, a relação de ser idêntico a si mesmo está sempre satisfeita, o que explica sua estabilidade (RECANATI, 2012:69-70)¹⁵. Os casos mais problemáticos seriam o de arquivos como ÁGUA e ZICO, relativos a termos para tipos naturais e nomes próprios. Tais arquivos, Recanati concede, não estão baseados em uma única relação para serem abertos; o arquivo se mantém ativo mesmo se a relação com a referência mudar. Que a relação muda é uma consequência da imagem kripkeana das cadeias comunicacionais: podemos imaginar facilmente como duas cadeias comunicacionais diferentes, mas com mesma origem, que passam por sujeitos e eventos de enunciação diferentes, podem fornecer informações diferentes para o mesmo arquivo mental. O arquivo se mantém o mesmo apesar dessas variações (tal cenário funciona tanto para tipos naturais quanto nomes, como é esperado).

o apagamento de um deles. Mas, o filósofo francês defende que na maioria dos casos de identificação o sistema cognitivo opera um *link*: dois arquivos mentais diferentes são conectados, permitindo que a informação flua entre eles, mas sem que os modos de apresentação sejam apagados. Isso quer dizer que se mantém ativas duas relações ER, duas maneiras de conseguir informações acerca dos objetos; tal manutenção pode se provar essencial para realização de diversas tarefas por parte do sujeito. Aparentemente, Milikan tinha em vista somente o *merging*, dado o trecho citado acima. Novamente, o *framework* de Recanati não só se sustenta contra as críticas de Milikan, mas também aparece como um desenvolvimento de uma posição fregeana mais robusta. Sobre *linking*, *merging* e Strawson, ver (RECANATI, 2012:44-46)

¹⁵ Uma qualificação sobre a estabilidade do arquivo EGO é que a relação que está sempre instanciada, contando como uma relação *token-reflexiva*, é a relação entre o arquivo usado para armazenar as informações que um objeto pode receber sobre si mesmo por causa do fato de que tal objeto é si mesmo. Essa formulação mais precisa ainda assim explica a estabilidade do arquivo por meio da garantia da satisfação da auto-identidade.

Intuitio, Chapecó-SC, v. 17, n. 1, p. 1-30, jan.-dez. 2024 (p. 12)

É forçoso aceitar arquivos como estes, dada a estabilidade das representações relevantes, então parece que temos um contra-exemplo ao modelo indexical. Qual a resposta do teórico? A solução de Recanati consiste em postular um novo tipo de relação ER, uma relação de ordem superior. Arquivos estáveis ou entradas enciclopédicas estão relacionados às suas referências desta forma superior quando existe alguma relação ER dada entre arquivo e objeto (RECANATI, 2012:74). Dado o quantificador existencial na formulação, vemos que a resposta salienta um traço importante de arquivos estáveis. Estes têm como função armazenar informações sobre suas referências independentemente de canais informacionais específicos. Esta resposta explica a estabilidade com recursos do modelo indexical: são relações ER (contextuais) que individualizam e fornecem informações para os arquivos estáveis. O ponto é que tais relações não precisam ser específicas. Podemos também enxergar uma hierarquia de arquivos¹⁶, posicionando arquivos estáveis como em um nível superior aos arquivos paradigmáticos, visto que eles não precisam de uma relação específica para existirem. Por fim, as relações ER de ordem superior também são compatíveis com a imagem da fixação da referência por meio de cadeias causais e, assim, são também compatíveis com o neofregeanismo. Recanati está olhando ao mesmo tempo para a fixação da referência e para a circulação de informação e suas implicações na formação de representações com valor cognitivo, como vimos em (2.1), até mesmo em casos desconfortáveis para fregeanos.

2.3 Conclusão

Ao longo desta seção do artigo, tentamos mostrar o que é uma teoria semântica neofregeana e apresentar um exemplo particular de doutrina que segue essa alcunha. Esperamos ter mostrado que não há contradição entre externismo da referência e

¹⁶ Um outro tipo de arquivo que está inserido nesta hierarquia de conceitos são os *proto-files*, que foram suprimidos do corpo do texto por questões de espaço. *Proto-files* só podem armazenar informações sobre suas referências por meio da relação ER que os individualiza. Arquivos conceituais, o nível acima na hierarquia, que são os arquivos paradigmáticos (como EGO, AQUI, etc.), podem armazenar informações sobre suas referências sem que tal informação seja recebida pela relação ER que os individualiza (note como tais arquivos ainda precisam de uma relação específica para serem abertos). Estes o fazem por meio de uma identificação. Eu posso articular o seguinte pensamento <Eu nasci no dia 17 de maio>, aplicando o conceito EGO (e isso com seu valor cognitivo usual), mesmo que esse predicado só possa ser descoberto por meio do testemunho, não por meio da relação que individualiza EGO. É preciso ouvir um terceiro informar a propriedade relevante e identificar a referência do relato com a referência do meu arquivo EGO. Isso é impossível para um *proto-file*. Ver (RECANATI, 2012:64-65) para *proto-files* e (EVANS, 1982: 180) para os pensamentos dependentes de identificação, fenômeno descrito acima e adaptado por Recanati em sua teoria.

transparência entre ocorrências de modos de apresentação. Além disso, por meio do modelo de Bermudez e da exposição da teoria dos arquivos mentais de Recanati, tentamos mostrar como o valor cognitivo de uma representação está intimamente conectado com a maneira que os sujeitos têm de ganhar mais informações acerca dos objetos pensados. Essa ideia, já presente nos textos de Evans¹⁷, é o traço fundamental do neofregeanismo: pensar sobre um objeto é de alguma forma identificá-lo, mesmo que falivelmente. Tal identificação, ou capacidade de rastreio, foi vista na teoria de Recanati, por meio das relações ER.

Os modos de apresentação neofregeanos são tipos teóricos que explicam o valor cognitivo de representações. Sejam construídos como arquivos mentais ou não, mostramos na seção quais são suas propriedades relevantes para explicar o comportamento racional de agentes e raciocinadores. Na próxima seção, veremos um outro tipo de resposta para os mesmos problemas levantados na introdução, a saber, respostas relacionistas.

3 Relacionismo

Esta seção estará estruturada em três subseções. Assim como na seção 2, teremos uma introdução, mais breve, ao relacionismo e depois discutiremos o relacionismo formal em geral e um tipo de relacionismo semântico, o de Kit Fine. Isso bastará para vermos como as teorias relacionistas e neofregeanas diferem ao explicarem o que é a significância cognitiva.

3.1 Introdução ao Relacionismo

É frutífero começar a introduzir o Relacionismo por meio de uma distinção. Podemos distinguir entre traços representacionais intrínsecos e traços representacionais relacionais (ou extrínsecos). Tais traços são propriedades de representações; os intrínsecos são definidos sem nenhuma menção a outras representações, já os relacionais dependem de tais menções. Deve-se notar, destarte, que um traço representacional intrínseco pode ser uma relação, só não deve ser uma relação entre representações. Um exemplo paradigmático é a referência. A referência de uma representação é determinada sem necessidade de outras representações, mas ela depende de uma relação entre representação e objeto. Outro exemplo, este mais

¹⁷ Evans chega a sugerir mesmo que uma falha no rastreio do objeto implica em *aparência* de pensamento. Tendo em vista que o rastreio é feito em relação a propriedades relevantes, por exemplo, quando o modo de apresentação em questão explora alguma relação temporal (como os indexicais “agora” ou “amanhã”), uma falha no posicionamento do objeto em alguma ordem temporal implicaria em não adquirir ou não manter uma crença ou atitude (EVANS, 1982:196).

alinhado com o tópico do presente artigo, é o dos modos de apresentação não descritivos (GRAY, 2020). Já um traço relacional apela para outras representações. Um exemplo seria a relação de sinonímia, quando duas palavras têm o mesmo significado: *A é sinônimo de B*. “Ser sinônimo de” é uma função que possui dois espaços de argumento sendo preenchidos por duas representações.

Aplicando esta distinção à nossa discussão, as posições relacionistas sustentam que o valor cognitivo de uma representação é um traço *relacional* desta, não um traço intrínseco. Ao longo da seção 2, vimos como um modo de apresentação foi definido em termos de relações que podem fornecer informações acerca dos objetos. O valor cognitivo de uma representação então, enquanto traço absorvido por modos de apresentação, é um traço intrínseco desta. Mas os relacionistas irão negar esta tese: para os teóricos que seguem este grupo de teorias, o valor cognitivo é um traço fundamentalmente relacional. A relação que determina o valor cognitivo de representações (agora no plural) pode ser introduzida de maneira neutra como a relação de coordenação (GRAY, 2017). Duas, ou mais, representações estão coordenadas quando elas representam o objeto da mesma forma. Existem muitas maneiras de precisar a afirmação anterior. Uma delas já foi apresentada, a saber, o *trade on identity* de Campbell. Se *S* possui duas crenças, “*a é F*” e “*a é G*”, de tal maneira que a inferência “*a é F e G*” é permitida sem novas crenças, então as representações singulares possuem o mesmo valor cognitivo. Outra forma de entender a relação de coordenação é por meio de uma distinção de Fine (FINE, 2007: 39-40): uma identidade *a=a* representa sua referência como a mesma (*as the same*), enquanto *a=b* representa a referência como sendo a mesma (*being the same*). Se um sujeito pode questionar a identificação, isto é, duvidar que *a* é igual a *b*, então a identificação representa as referências das representações como sendo a mesma e não há coordenação.

Para neofregeanos, a relação de coordenação pode ser explicada facilmente com elementos de sua teoria. Inclusive, tal explicação foi pressuposta ao longo da seção 2. Duas representações estão coordenadas quando há identidade de modos de apresentação. Isto é outra forma de dizer que há igualdade de valor cognitivo quando uma mesma referência é representada da mesma maneira em duas ocorrências. Mas relacionistas defendem que a coordenação é uma relação fundamental; o valor cognitivo de representações é explicado em termos das relações de coordenação estabelecidas (ou não) entre ocorrências. Antes de

discutirmos alguns exemplos, vamos definir com maior precisão o relacionismo. Citando Gray, o relacionismo pode ser entendido como a aceitação de duas teses:

1) Significância cognitiva como coordenação: Diferenças de valor cognitivo de representações com o mesmo conteúdo referencial devem ser explicadas pela coordenação.

2) Relacionismo acerca da coordenação: A coordenação de conteúdo referencial não é determinada por identidade (ou similaridade) de traços representacionais intrínsecos. É uma relação representacional (GRAY, 2017: 4).

Um resultado imediato de aceitar (1) e (2) se mostra nas explicações acerca dos casos de Frege e do *puzzle* de Frege. A identidade $a=a$ é trivial, pois as constantes estão coordenadas, já em $a=b$ não há coordenação e, portanto, esta identidade é informativa. Do ponto de vista das representações, não há diferença referencial (ou intrínseca, visto que o relacionista nega que haja traços intrínsecos que sejam modos de apresentação¹⁸) entre as constantes. Todas as ocorrências são correferenciais, logo não há como definir como os elementos estão coordenados apenas tendo em vista seus conteúdos. Se olharmos agora para os casos de atribuição de atitudes, a solução relacionista é muito similar para os casos de Frege: um sujeito *S*, que possui as crenças *Fa* e *Ga*, pode inferir a conjunção dessas crenças, pois as representações singulares estão coordenadas, *mutatis mutandis* para o caso onde não há coordenação. A partir desta explicação, podemos definir uma classe de atitudes coordenadas. Tal classe (ou corpo de atitudes) é um conjunto $\{P^1, P^2, \dots, P^n\}$ de atitudes proposicionais na qual todas as representações singulares estão coordenadas. Por exemplo, digamos que *S* possui dois conjuntos de crenças. Um acerca do jogador de futebol Pelé e outro acerca de Edson, o antigo vizinho de seu avô. Em um conjunto encontramos crenças como “Pelé marcou mais de mil gols” e “Pelé jogou no Santos”, já no outro temos algo como “Edson tinha dois cachorros” e “Edson era um vizinho barulhento”. Mesmo se as crenças possuem representações correferenciais, não há coordenação entre os conjuntos. A ausência de tal relação, como apontado antes, impede que uma crença como “Pelé era um vizinho barulhento e jogou pelo Santos” seja inferida.

¹⁸ Podemos qualificar a afirmação dizendo que um relacionista pode defender que exista *m* traços como modos de apresentação, guisas (*guises*) ou perspectivas apreendidas ao pensarmos sobre um objeto ou ao nos referirmos a ele linguisticamente. O que a teoria sustenta, no entanto, é que tais traços intrínsecos não explicam diferenças de valor cognitivo. As explicações para diferenças inferenciais, comportamentais ou até mesmo do caráter informativo de identidades devem estar baseadas na análise das relações de coordenação entre as ocorrências de representações.

Após esta breve exposição, podemos fazer a seguinte pergunta: exatamente quais elementos ou traços de representações estão coordenados? Ou, em outras palavras, quais são os *relata* da relação de coordenação? Uma bifurcação que aparece imediatamente se dá entre coordenação de elementos sintáticos ou de elementos semânticos. Na próxima seção vamos explorar esta bifurcação e entender como ela permite um entendimento mais preciso no que diz respeito à relação de coordenação.

3.2 Relacionismo Formal

Dizemos que uma teoria relacionista é formal quando ela postula que os elementos coordenados são traços sintáticos das representações. Segue um exemplo no qual temos duas sentenças com sinônimos não coordenados formalmente:

- a) Todo médico é um médico;
- b) Todo médico é um *doctor*.

Em (a), as duas ocorrências do termo “médico” estão coordenadas pois elas são instâncias (*tokens*) do mesmo tipo de palavra. Já em (b), os termos “médico” e “*doctor*” não pertencem ao mesmo tipo. Não precisamos fazer referência à extensão dos termos, analisar sua semântica, para determinar se as ocorrências estão coordenadas ou não. Gray escreve:

Mas, se refletirmos, não é claro que qualquer par distinto de palavras, quando substituído por ‘*doctor*’ ou ‘*physician*’ em (6a) e (6b), geraria sentenças com a mesma significância. As considerações que nos fizemos tratar (6a) e (6b) diferentemente não envolviam suspeitas sobre as diferenças semânticas entre ‘*doctor*’ e ‘*physician*’. Ao contrário, elas pareciam depender da diferença entre a repetição de uma única palavra e a ocorrência de palavras distintas. Quando uma palavra é repetida, o conteúdo da ocorrência é coordenado; quando palavras diferentes são usadas, o conteúdo não precisa o ser. Para colocar o ponto de uma forma diferente, uma relação formal se dá entre as expressões que ocorrem em ‘*todos os... são...*’ em (5a), que não se dá entre as expressões na mesma posição em (5b). E a presença dessa relação formal resulta na coordenação (GRAY, 2017:9).

O relacionismo formal vai defender, então, que a significância cognitiva de representações depende de relações de coordenação entre os aspectos sintáticos destas representações. O conteúdo referencial é relevante aqui, pois coordenação entre aspectos sintáticos implica em correferencialidade, mas o conteúdo mesmo não dita quais relações de coordenação devem ser estabelecidas. Assim, a coordenação entre representações deve explicar os comportamentos dos agentes e os casos de Frege com tal aparato teórico.

A grande mudança com o paradigma fregeano desta variedade de relacionismo é postular que existem aspectos não semânticos (ou não intencionais) que ditam propriedades

cognitivamente relevantes. Usando o trabalho de Recanati novamente como exemplo, podemos pensar na teoria dos arquivos mentais como uma variedade do veicularismo (RECANATI, 2024; MUREZ, 2023), as representações empregadas no pensamento possuem conteúdo, mas não são o seu conteúdo (arquivos são containers que abrigam informações). A significância cognitiva de um arquivo, entretanto, não seria explicada por meio das relações entre ocorrências dos mesmos arquivos, mas por sua função de adquirir informação tendo em vista um canal informacional que está, supostamente, sendo explorado. Assim, mesmo sendo veicularista, a teoria de Recanati ainda explica os casos de Frege de maneira intencional¹⁹. Vimos que os relacionismos formais, tidos enquanto teorias veicularistas, negam a explicação do fenômeno da significância nestes termos. Para conseguirmos interpretar as teorias deste tipo, vamos avaliar sua aplicabilidade nos âmbitos da linguagem e do pensamento.

Para os casos linguísticos não há grande dificuldade *prima facie*²⁰, visto que uma língua já possui um sistema de símbolos e uma sintaxe para estes bem definida. Assim, nos exemplos (a) e (b) não há empecilho para julgarmos quando há identidade ou diferença entre ocorrências de símbolo. Se pensarmos em casos de nomes próprios, e deixando de lado a questão de individuação de nomes diferentes, mas homônimos, existe um paralelo a ser traçado entre *tokens* de um mesmo tipo para um termo geral (como nos exemplos (a) e (b)) e *tokens* de um mesmo tipo de nome próprio. No entanto, não parece tão claro como estenderíamos uma análise do tipo para a coordenação nos casos mentais, visto que não existem contrapartes mentais para os tipos sintáticos linguísticos. Existem teorias que tentam oferecer algo semelhante, como o mentalês de Fodor. Em Fodor, um estado mental particular com conteúdo referencial singular pode ser descrito como uma sentença na linguagem da mente com uma ocorrência de nome mental. Como nomes diferentes podem ter a mesma referência, podemos ter conjuntos de atitudes coordenados em função da ocorrência de tipos sintáticos do mentalês.

¹⁹ Mesmo que um veículo possa existir sem referência (os nomes próprios vazios são o exemplo paradigmático), os modos de apresentação de Recanati são supostos de apresentar um objeto, ou são uma maneira de se pensar sobre um objeto. Essa perspectiva é fixada por meio de traços representacionais intrínsecos dos veículos e não por aspectos formais dos próprios arquivos. Enquanto traços que respondem tanto ao conteúdo referencial quanto a um canal de informação, explicações que apelam para arquivos mentais são intencionais.

²⁰ O desenvolvimento de critérios claros de individuação para tipos sintáticos pode enfrentar dificuldades nos casos de anáfora ou dos indexicais. Em (RECANATI, 2016) há uma breve discussão acerca dos casos de anáfora, onde é avaliada uma posição que propõe que um nome e uma expressão anafórica são *tokens* do mesmo tipo sintático. Ver (FIENGO, MAY, 1998).

O problema em aplicar a teoria fodoriana para salvar a concepção formal da relação de coordenação está justamente em pagar o preço teórico de aceitar a teoria. A hipótese mesma de que há uma linguagem do pensamento já é controversa²¹, portanto o relacionista formal teria que não só construir sua própria teoria acerca da relação de coordenação, mas também defender uma teoria adicional sobre a natureza e arquitetura da cognição humana, defender uma espécie de atomismo fodoriano. Tendo em vista esta dificuldade, vamos agora discutir o relacionismo semântico.

3.3 Relacionismo Semântico

Diferentemente da sua contraparte formal, o relacionismo semântico postula relações representacionais entre aspectos semânticos das representações. Para entendermos o que esta proposta significa, vamos analisar a variedade do relacionismo semântico proposta por Kit Fine.

O ponto de partida para a teoria de Fine é o mesmo da semântica fregeana, a saber, o caso das identidades informativas e não informativas. O filósofo destrincha o problema como uma conjunção inconsistente de cinco teses. Tendo em mente o caso ($a=a$) e ($a=b$), são elas: 1) as duas sentenças são cognitivamente diferentes (CD); 2) Se as sentenças são CD, então são semanticamente diferentes (SD); 3) Se elas são SD, então as constantes “a” e “b” são SD (visto que a única diferença entre as identidades é esta substituição de termos coreferenciais); 4) Se as constantes são SD, então elas são referencialmente diferentes; 5) As constantes não são RD. Podemos entender a diferença cognitiva como uma diferença no valor cognitivo das representações, com suas usuais implicações inferenciais e atitudinais, uma diferença semântica como uma diferença no conteúdo das representações e uma diferença referencial como uma diferença na referência das mesmas (FINE, 2009:34).

Fregeanos costumam negar (4). Há mais que um nível semântico e portanto eles podem sustentar que há diferença semântica sem diferença referencial. Teóricos de inclinação russelliana, com uma outra teoria sobre a natureza do conteúdo, podem negar (2), mas avaliar esta estratégia nos levaria de volta ao mesmo problema que iniciou o artigo. Já a resposta de Fine, o relacionista, é negar (3). A tese (3) é uma instância particular da Composicionalidade; se o significado de expressões complexas é uma função do significado

²¹ A defesa fodoriana pode ser vista em (FODOR, 1975). Para uma introdução à crítica contemporânea ao programa cognitivista, e, portanto, ao movimento teórico de onde surge o mentalês, ver (ROLLA, 2021).

de suas partes, mais a maneira que são combinadas, negar que há diferença semântica entre duas constantes correferenciais quando elas são a única diferença entre as sentenças do nosso exemplo é defender que existem contra-exemplos para a Composicionalidade²². Existem diferenças semânticas entre as identidades que não são explicadas por diferenças semânticas entre as constantes “a” e “b”.

Explicar quais são tais diferenças permite começar a entender qual a relação de coordenação no nível semântico que caracteriza o relacionismo semântico. Em primeiro lugar, Fine não nega a Composicionalidade *tout court*, mas sim a Intrinsicidade (*Intrinsicity*) (FINE, 2009:38): se os pares (a, a) e (a, b) são semanticamente diferentes, então também são as constantes a e b. A concepção aceita é a Composicionalidade Própria (*Compositionality Proper*): se há uma diferença semântica entre as identidades a=a e a=b, então há uma diferença semântica entre os pares de constantes (a, a) e (a, b).

A diferença semântica em questão é uma diferença relacional entre as constantes (ou nomes, etc.). Em uma primeira caracterização, o par (a, a) corefere estritamente (FINE, 2009:43), já o par (a,b) não. A correferência estrita de Fine é uma das maneiras de se descrever o *trade on identity* ou o fenômeno de se representar como o mesmo; a novidade aqui é que a coreferência estrita do primeiro par, em comparação com a correferência do segundo, é um fato semântico. Fatos semânticos são, inicialmente, proposições que tornam verdadeiras as verdades semânticas: a proposição <‘Pelé’ se refere ao objeto Pelé> é um fato semântico, já a sentença “‘Pelé’ se refere a Pelé” é uma verdade semântica. Fine escreve:

O fato semântico envolve o nome ‘Cicero’, o objeto particular Cicero, e a relação de se referir a, enquanto a verdade semântica envolve o nome em marcas de citação (*quotation mark name*) “‘Cicero’” para ‘Cicero’, o nome “Cicero” ele mesmo e o predicado ‘se refere a’ (FINE, 2009: 44).

Uma verdade semântica exprime um fato semântico. Na citação acima vemos como a verdade semântica, por meio do predicado “se refere a”, captura a relação de referência presente entre nome e objeto no fato semântico. É também neste sentido que interpretamos um fato semântico como uma proposição (russelliana); o objeto ele mesmo e a relação de referência dada entre nome e objeto figuram na proposição, além do nome próprio.

²² Apesar de existirem trabalhos que avaliam se a formulação tradicional da Composicionalidade é robusta e livre de ambiguidades (SZABÓ, 2012), ainda assim o princípio é muito relevante para a filosofia (e ciência) da linguagem e da mente. Portanto, nega-lo é uma solução surpreendente para o problema da diferença cognitiva de identidades.

Além disso, Fine defende uma concepção particular do que são fatos semânticos. Apelaremos para uma analogia com fatos *simpliciter* para introduzir esta concepção. Um fato é um fazedor de verdade, ele é aquilo que torna uma sentença²³ assertiva completa verdadeira. Portanto, podemos pensar que fatos são conjunções de objetos, eventos e propriedades existindo no mundo e que sentenças tentam capturar estes fatos. Podemos também pensar que fatos semânticos funcionam assim, que eles são encontrados “no mundo” e funcionam como fazedores de verdade. Mas para o relacionismo de Fine funcionar, devemos pensar em fatos semânticos não como achados no mundo, mas como um conjunto de requisitos semânticos, construídos como conjunto de informações (FINE, 2009: 49-50). No que diz respeito à correferência estrita, é um requisito semântico, e portanto um fato semântico, que os nomes “Pelé” e “Pelé” correferam; já a correferência estrita de “Pelé” e “Edson” não é um fato semântico.

Agora estamos em posição de entender qual a diferença semântica entre $a=a$ e $a=b$. Como já vimos, a Composicionalidade *qua* Intrinsicalidade foi negada. Logo o nível de análise semântica das sentenças foi alterado para averiguar a diferença entre os pares (a, a) e (a, b) . Todas as instancias são correferenciais, entretanto podemos considerar que há uma diferença semântica entre os pares. Há o fato semântico, o requisito de correferência para o primeiro par e não para o segundo: (a, a) correferem estritamente, (a, b) não. Dizer que a presença de uma relação de correferência estrita para um par é uma diferença semântica em relação ao outro par não implica em dizer que há uma diferença semântica entre os nomes tomados isoladamente. Em suma, esta é a estratégia. Existe uma diferença de relações entre requisitos de correferência entre pares (ou triplas e assim por diante) de representações. Tomadas isoladamente, tais representações são correferenciais, mas se alterarmos o nível de análise para conjuntos de representações, diferenças na coordenação destas representações serão tidas como diferenças semânticas. Estas acomodam a diferença de valor cognitivo, visto que existem fatos semânticos que relacionam ou não as constantes nas identidades do Enigma de Frege: se há transparência ou opacidade, então há um fato semântico correspondente, mas sem implicar em uma diferença referencial das próprias constantes.

4 Considerações sobre o debate

²³ Assumo aqui que sentenças são portadores de verdade, mas tal assumpção não é essencial para o ponto do parágrafo. A analogia funcionaria até mesmo caso proposições fossem os portadores de verdade.

Nesta seção vou me propor a brevemente comentar especificamente as teorias de Recanati e Fine, sem entrar no mérito de avaliar o neofregeanismo e o relacionismo em geral. Para isso, terei que apresentar alguns conceitos e temas novos. A ideia é oferecer um direcionamento e suscitar o debate ao redor das posições por meio da apresentação e avaliação de críticas recentes às posições.

4.1 Arquivos mentais: objetos teóricos ou metáforas?

Vimos, na seção 2, como apelar para arquivos mentais é uma estratégia neofregeana para dar conta do Enigma de Frege e seus desdobramentos. Assim, como eles foram mencionados explicitamente na solução do problema, parece que nos comprometemos com sua existência e os postulamos como objetos de uma teoria. Existiriam, na mente dos sujeitos, conceitos singulares que são responsáveis por se referir a particulares e a conter informações sobre os mesmos; por fim, a criação dos arquivos é constrangida pelos diferentes canais informacionais conectando sujeito e objeto, as relações ER.

Alguns pesquisadores se incomodaram com tal comprometimento com arquivos. Pode parecer um passo apressado partir do Enigma para a postulação dos arquivos – mesmo se a teoria de Recanati, por exemplo, for robusta, talvez existam outras maneiras de preservar a transparência e opacidade de representações singulares e o papel dos canais informacionais na determinação delas. É justamente isso que fazem Goodman e Gray em dois artigos recentes (GOODMAN, GRAY, 2020; GOODMAN, GRAY, 2024)²⁴. Ambos buscam reformular a teoria dos arquivos mentais sem se comprometer com eles, mas preservando alguns dos principais *insights* da teoria de Recanati, especificamente.

Para entendermos a proposta, vamos partir do funcionamento da predicação no modelo de Recanati. Digamos que um sujeito racional tenha um arquivo mental *a* com as informações *F* e *G* contidas nele. É permitido a esse sujeito inferir que $(Fa \wedge Ga)$; a transparência das ocorrências dos arquivos é garantida pela co-contenção dos predicados no mesmo arquivo. Goodman e Gray interpretam a transparência como aquilo que está permitido a um sujeito racional inferir, não necessariamente como um processo psicológico que está de fato ocorrendo nas mentes dos sujeitos (GOODMAN, GRAY, 2020:8)²⁵. Dado que

²⁴ Nesta seção focaremos no artigo de (2020), que apresenta o essencial da proposta dos autores.

²⁵ A distinção importante aqui diz respeito ao papel dos arquivos. Será que eles rastreiam processos cognitivos reais ou mapeiam aquilo que é racionalmente permitido ao sujeito? Os autores, tendo em vista as dificuldades

Intuitio, Chapecó-SC, v. 17, n. 1, p. 1-30, jan.-dez. 2024 (p. 22)

o fenômeno relevante aqui é a permissibilidade racional de certas inferências, os autores defendem, na sequência, que tal permissibilidade é explicada por traços representacionais relacionais do sistema de atitudes do sujeito: relações de coordenação. E, claro, para eliminar os arquivos da teoria, a relação de coordenação não deve ser baseada na identidade de traços intrínsecos das representações, ela deve ser fundamental.

Qual o argumento cabal para esta abordagem relacionista? Não há nenhum (GOODMAN, GRAY, 2020:10). A força do argumento está também nos benefícios trazidos pela abordagem e em sua consistência interna, mas principalmente na tentativa de fazer o teórico dos arquivos aceitar a reformulação relacionista. Isso seria feito pois tal reformulação “salvaria” tudo que a teoria dos arquivos explica. A aplicação central da noção de coordenação somada à eliminação dos arquivos se dá da seguinte forma: podemos pensar metaforicamente que as representações objetuais de um sistema funcionam como arquivos que guardam informação. A transparência de certos padrões inferenciais está garantida pela contenção de predicados no mesmo arquivo. Mas *qual* arquivo guarda as informações é irrelevante; o sistema não precisa identificar por meio de algum traço intrínseco de qual arquivo se trata, basta que os predicados estejam co-contidos. Os autores defendem, então, que o que é significativo para os padrões de transparência é o *mental filling* de informações: como não há papel para traços intrínsecos aos arquivos na determinação dos padrões de transparência, podemos eliminar a menção aos arquivos na teoria e trabalhar com metáforas úteis apenas. Notem como iniciar a exposição por meio da relação entre contenção e transparência fortalece o argumento (respeitei nesta seção tal ordem de exposição).

Por fim, os autores buscam conservar o papel das relações ER na determinação dos padrões de transparência. A ideia é entender as relações como oferecendo restrições metasemânticas aos padrões e explicando porque existem tais e tais relações de coordenação em um sistema, em detrimento de outras. Tendo em mente que os autores tomam coordenação como rastreando aquilo que é racionalmente permitido ao sujeito, eles se permitem caracterizar o papel das relações ER nos seguintes termos: duas representações objetuais a e b são governadas (criadas e têm suas referências fixadas) pela mesma relação R sse para uma nova representação c governada por R, c está coordenada com a e b.

do modelo de Recanati de lidar com a individuação diacrônica de arquivos, optam por entender a transparência como mapeando padrões de inferências racionais. Esse é um passo importante do argumento.

Representações objectuais são governadas pela mesma relação quando tal relação gera representações transparentes (ie, gera padrões de *co-filing*) (GOODMAN, GRAY, 2020:15)²⁶.

Em linhas gerais, esta é a proposta. Como é de se esperar de uma abordagem relacionista, só faz sentido pensar em *mental filing* se temos um sistema de atitudes proposicionais com representações objectuais e se vemos as relações de coordenação, com seus constrangimentos metasemânticos, estabelecidas entre tais representações. O fundamento da coordenação são canais informacionais que geram representações objectuais: o mesmo canal gera representações coordenadas, *mutatis mutandis* para os casos de opacidade.

É difícil avaliar esta proposta de um ponto de vista fregeano. Os autores foram cuidadosos ao formular uma posição que consegue até mesmo *explicar* a existência ou não de padrões de coordenação. Observe que adaptar um critério como o de Fine é impossível aqui, pois não temos um análogo direto aos requerimentos de correferência da linguagem para os casos do pensamento. Ainda assim, acredito ser correto postular arquivos como entidades da teoria (e portanto membros da nossa ontologia). Podemos ver isso a partir do trabalho de Murez (2023)²⁷, que sustenta que arquivos mentais (ou modos de apresentação em geral, pelo seu argumento) devem ser robustos. A robustez é uma propriedade estudada pela filosofia da ciência; em poucas palavras, uma entidade ou fenômeno é robusto quando existem muitas maneiras de determinar sua existência, i.e., diferentes instrumentos, pontos de vista e etc. Se arquivos forem robustos, então podemos aceitar sua postulação dados diferentes modos de determinação - existiriam razões externas para tal. Note também que isso é compatível com arquivos continuarem a desempenhar seu papel como previsto pela teoria filosófica dos arquivos. A diferença seria a possibilidade de estudar as mesmas entidades sob pontos de vista diferentes.

O outro ponto de vista que poderíamos utilizar para estudar os arquivos, além da filosofia propriamente dita, é a ciência cognitiva. Murez defende justamente que eles são objeto de estudo da área de estudos da cognição como um todo. Não é difícil ver como isso pode ser o caso: arquivos são particulares mentais, que existem em mentes reais e

²⁶ Ao entender o papel das relações ER nestes termos disposicionais, os autores buscam resgatar o *insight* neofregeano de relacionar transparência e opacidade com maneiras de se ganhar informação dos objetos.

²⁷ Murez diz, em uma nota de rodapé (nota 29), que se arquivos não forem robustos, então o argumento de Goodman e Gray é forte o bastante para não precisarmos postulá-los.

individuais. Assim, diversas ocorrências do mesmo arquivo não apenas explicam padrões de transparência e comportamentos específicos, mas devem ter também uma série de outros papéis, até mesmo em explicações sub-pessoais (MUREZ, 2023:13). Aqui, Murez menciona como arquivos de objeto foram postulados pela ciência da visão no contexto de tarefas de rastreamento de objetos e também como arquivos podem desempenhar um papel na representação de perspectivas. A teoria filosófica oferece uma caracterização de um tipo psicológico que possui uma série de características interessantes para explicações sub-pessoais; notadamente, arquivos se mantêm ativos e os mesmos apesar das mudanças nas informações que eles contêm. É essa estabilidade que é atrativa para explicar as tarefas de rastreamento, por exemplo, nos quais os sujeitos são capazes de se ater perceptualmente ao mesmo objeto apesar de mudanças em seus atributos. Os *outputs* representacionais dos sistemas de processamento de informação visual seriam arquivos de objetos (QUILTY-DUNN, GREEN, 2021). Temos então um exemplo de como arquivos podem ser estudados de muitos pontos de vista e como isso pode nos fornecer mais razões para postulá-los.

4.2 Relacionismo semântico e a indexicalidade essencial

Como foi apresentado, a teoria de Fine depende de uma série de passos para funcionar. Alguns desses passos foram a reinterpretação da composicionalidade, a postulação de dois níveis de significado (conteúdo coordenado e não coordenado) (FINE, 2007:57-58), a defesa de que conjuntos de fatos semânticos são conjuntos de informações e que há coordenação quando há um requerimento semântico de correferência. Talvez seja possível criticar alguns desses passos argumentativos; uma crítica certa a pelo menos um deles destruiria o argumento. Se é mostrado, por exemplo, que a composicionalidade não pode ser reinterpretada como *Compositionality Proper*, não há como defendermos que existem diferenças semânticas entre os pares de constantes que não sejam diferenças semânticas entre as instâncias 'a' e 'b'. Mas escolho apontar uma dificuldade para a generalização do relacionismo semântico. Em suma, o relacionismo de Fine não consegue lidar com os casos de indexicalidade essencial.

Gray, em um trabalho recente (GRAY, 2022:445), critica o chamado relacionismo estrito²⁸ por ser incapaz abarcar os casos onde parece que é o modo de apresentação (indexical) que é determinante para explicar o comportamento. Perry (1979) é o *locus* clássico para este tipo de caso, com seu conhecido *messy shopper*, mas quero aqui seguir o caso de Gray. Imagine dois agentes, S e S'. S está sendo atacado por um urso. Ambos sabem disso, ambos querem que S se salve, dentre outras atitudes similares. Cada um possui um conjunto de atitudes coordenadas, mas que são isomórficos entre si; as relações de coordenação são preservadas de um conjunto de atitudes para o outro. Tenha em mente o conteúdo referencial das atitudes, é porque as atitudes são correferenciais (e é o mesmo nome que representa os estados) que podemos dizer que os conjuntos de atitudes são isomorficamente coordenados. Pelo relacionismo de Fine, parece que devemos dizer que não há diferença cognitiva entre as atitudes. Ambos acreditam que <S está sendo atacado por um urso> e ambos querem que <S se salve do urso>, etc. Mas mesmo assim, o comportamento dos agentes vai ser diferente. S pode fugir, enquanto S' pode ir buscar ajuda. Esse exemplo simples mostra como até mesmo conjuntos de atitudes coordenados e com isomorfismo entre si não garantem que o comportamento dos agentes será o mesmo (vamos nos lembrar novamente que a diferença no comportamento é evidência de diferença cognitiva). Isto indica que há mais um elemento para a explicação do comportamento racional além da coordenação do conteúdo referencial. Se aceitamos modos de apresentação, podemos facilmente explicar os comportamentos diferentes apelando para a maneira como a referência é apresentada nos conjuntos de atitudes: <S=EGO>, por um lado, e <S=ELE>, pelo outro.

Não parecem haver elementos suficientes no *framework* de Fine para lidar com estes casos. Como as relações de transparência são preservadas através dos conjuntos de atitudes, não é possível apelar para a noção de fato semântico do filósofo, que não é um fato bruto, mas um fato informacional. Os requerimentos de correferência são os mesmos através dos conjuntos. Assim, eu acredito que é possível estender o argumento de Gray, originalmente buscando atacar uma posição mais geral (o relacionismo estrito), *contra* a posição de Fine.

²⁸ Em poucas palavras, uma teoria relacionista é estrita quando ela defende que todo o fenômeno da significância cognitiva pode ser explicado por meio da referência das instâncias dos nomes ou constantes e da presença e ausência de coordenação entre elas.

Uma saída possível para o relacionismo semântico talvez seja relembrar o seu adversário que sua teoria havia sido criada para lidar com diferenças semânticas entre nomes. É natural que a teoria não lide bem com os casos de indexicalidade. Mas apelar para este movimento nos leva a questionar a generalidade da teoria. Vamos nos lembrar novamente do custo de aceitar tal relacionismo, como temos que repensar diversas noções centrais na semântica ou aceitar uma semântica relacional, com os níveis semânticos de conteúdo coordenado e não coordenado. É esperado que, dado tal custo, a teoria se generalize e lide com casos que são tomados hoje, na literatura, como instâncias do Enigma (identidade de conteúdo referencial não determina significância cognitiva das atitudes indexicais). Por que aceitar uma teoria custosa se ela não consegue lidar com casos fregeanos hoje tidos como paradigmáticos?²⁹ A meu ver, o mérito da posição de Fine no contexto do debate geral sobre significância cognitiva, além da discussão sobre nomes próprios, está na possibilidade de formulação de teorias não fregeanas minimamente satisfatórias. Dentre os frutos do trabalho de Fine está o já discutido artigo de Goodman e Gray, que, como vimos, utiliza ferramentas conceituais introduzidas por Fine ao construir um argumento não fregeano.

5. Conclusão

O objetivo deste texto foi oferecer uma breve introdução às novas respostas para o Enigma de Frege. Começamos discutindo o neo-fregeanismo e uma de suas variedades, a teoria dos arquivos mentais. Neofregeanos, inspirados pela semântica de dois níveis de Frege, postulam que para lidarmos com o Enigma, precisamos de modos de apresentação para dar conta das diferenças de valor cognitivo. Já os relacionistas, negando a necessidade de postularmos os modos de apresentação, vão tentar dar conta do problema sem estes. Dos relacionismos discutidos, o quadro semântico de Kit Fine foi o mais robusto, absorvendo a diferença de valor cognitivo em uma diferença de fatos semânticos de corpos de representações. Por fim, rapidamente me posicionei em relação às posições tendo em vista alguns problemas que elas enfrentam. Para isso, vimos como arquivos mentais podem ser

²⁹ Talvez uma outra estratégia para o relacionista seja apelar para os argumentos de Cappelen e Dever (2013), que atacam a noção de indexicalidade e argumentam que não há nada filosoficamente ou semanticamente interessante nela. Se os casos de Perry, por exemplo, não existem, então não há argumento. Avaliar esta estratégia auxiliar ultrapassa o escopo deste trabalho, mas é importante notar a centralidade dos argumentos em defesa da indexicalidade na literatura. De certa forma, a posição de Cappelen e Dever é marginal. Assim, buscar ajuda na indexicalidade inessencial seria mais um passo custoso para o relacionista.

entendidos como metáforas úteis e como o relacionismo semântico, cujo paradigma de representação singular é o nome próprio, tem dificuldades de lidar com casos de indexicalidade essencial.

Existem similaridades e diferenças entre os tipos de teorias. Por exemplo, Fine mesmo considera que o seu relacionismo é um tipo de semântica de dois níveis, no qual existem os níveis de conteúdo não coordenado e de conteúdo coordenado. Entretanto esta similaridade com o fregeanismo serve mais ao propósito de marcar a diferença da estratégia em relação ao russellianismo do que em de fato aproximar o relacionista do fregeano. Ao final das exposições, podemos perceber que a diferença entre as teorias é mais profunda; ela se dá na interpretação que cada uma adota do Enigma. Assim, um neofregeano se preocupa com a transparência de representações em contextos de percepção supra-modal, na relação entre percepção, memória, testemunho e ação, nos tipos de pensamentos (diferenciados por seus tipos de valores cognitivos) que sujeitos podem ter em função de seus valores explicativos para a ação e a inferência. Transparência e opacidade seriam marcas de capacidades representacionais humanas fundamentais, presentes na linguagem e no pensamento. Já o relacionista semântico está preocupado com a relação entre o significado de uma linguagem e uma teoria semântica para tal linguagem, a Composicionalidade e com a manutenção da relação de determinação entre conteúdo semântico (não coordenado) e conteúdo referencial. Fine queria desonerar a semântica formal dos nomes da pressão para postular dois níveis semânticos intrínsecos – visto que o filósofo não parece engajar com o neofregeanismo, o nível do sentido só poderia ser definido em termos descritivos, gerando assim todos os problemas que os referencialistas lutaram para evitar.

Para concluir, não estamos dizendo que a absorção das preocupações de uma teoria é impossível para a outra, mas sim que a decisão acerca da teoria preferível para a solução do problema também deve englobar uma avaliação dos problemas e preocupações que a teoria *deveria* se ocupar. Em outras palavras, no que diz respeito às diferenças de valor cognitivo, não basta explicar as disparidades, mas também avaliar no que elas consistem: se o escopo do problema vai da linguagem até a percepção, como diz o neofregeano, ou se a questão é mais restrita, como evidenciado pela resposta do relacionista.

Referências

- BERMÚDEZ, J. L. *Understanding" I": language and thought*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- BURGESS, A.; Cappelen, H.; Plunkett, D. *Conceptual engineering and conceptual ethics* Oxford: Oxford University Press, 2020.
- CAMPBELL, J. (1988). Is sense transparent?. *Proceedings of the Aristotelian Society* 88, 273-292, 1988.
- CAMPBELL, J. *Past, space, and self*. MIT press, 1994.
- CAPPELEN, H.; DEVER, J. *The Inessential Indexical : On the Philosophical Insignificance of Perspective and the First Person*. [s.l.] Oxford Oxford University Press -11-14, 2013.
- CARVALHO, F. N. *Demonstrative Thought: A Pragmatic View*. Berlin: De Gruyter, 2016.
- DRAYSON, Z. The Personal/Subpersonal Distinction. *Philosophy Compass*, v. 9, n. 5, p. 338–346, 7 abr. 2014.
- DONNELLAN, K. S. Reference and definite descriptions. *The philosophical review*, 75(3), 281-304, 1966.
- EVANS, G. *The Varieties of Reference*. Oxford: Oxford University Press, 1982.
- FIENGO, R., MAY, R. Names and expressions. *The Journal of philosophy*, 95(8), 377-409, 1998.
- FINE, K. *Semantic relationism*. Chicester: Wiley-Blackwell, 2009
- FODOR, J. A. *The language of thought*. Vol. 5. Harvard university press, 1975.
- FREGE, G. Conceitografia: uma linguagem formular do pensamento puro decalcada sobre a aritmética. In: ALCOFORADO, P., DUARTE, A., WYLLIE, G. *Os Primeiros Escritos Lógicos de Gottlob Frege*. São Paulo: Inst. Bras. de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2012, 45-174.
- FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. *Fundamento*, (3), 21-44, 2011.
- GOODMAN, R.; GRAY, A. Mental filing. *Noûs*, v. 56, n. 1, 27 set. 2020.
- GOODMAN, R.; GRAY, A. Mental filing, continued. *Synthese*, v. 204, n. 1, 26 jun. 2024.
- GRAY, A. Relational approaches to Frege's puzzle. *Philosophy Compass*, 12(10), e12429, 2017.
- GRAY, A. Indistinguishable senses. *Noûs*, 54(1), 78-104, 2020.
- GRAY, A. Minimal Fregeanism. *Mind*, 131(522), 429-458, 2022.

KAPLAN, D. Demonstratives: An Essay on the Semantics, Logic, Metaphysics and Epistemology of Demonstratives and other Indexicals. ALMOG, J., PERRY, J., & WETTSTEIN, H. *Themes From Kaplan*. Oxford University Press, 1989, pp. 481-563.

KRIPKE, S. A. *Naming and Necessity: Lectures Given to the Princeton University Philosophy Colloquium*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980.

MILLIKAN, R. G. Images of identity: In search of modes of presentation. *Mind*, 106(423), 499-519, 1997.

MUREZ, M. The transparency of mental vehicles. *Noûs*, 14 nov. 2023.

PERRY, J. The Problem of the Essential Indexical. *Noûs*, v. 13, n. 1, p. 3, mar. 1979.

QUILTY-DUNN, J.; GREEN, E. J. Perceptual attribution and perceptual reference. *Philosophy and Phenomenological Research*, 27 out. 2021.

RECANATI, F. *Direct Reference: From Language to Thought*. Cambridge, Mass., USA: Blackwell, 1993.

RECANATI, F. *Mental files*. Oxford University Press, 2012.

RECANATI, F. *Mental files in flux*. Oxford University Press, 2016.

RECANATI, F. Individuating (and typing) Mental Files. In: GRZANKOWSKI, A.; SAVILE, A. (Eds.). *Thought: Its Origin and Reach*. Nova Iorque: Routledge, 2024. p. 100–119.

ROLLA, G. *A mente enativa*. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

SZABÓ, Z. G. The case for compositionality. In WERNING, M., HINZEN, W., & MACHERY, E. (Eds.). *The Oxford handbook of compositionality*. Oxford: OUP, 2012, 64-80.

VALENTE, M.; BOCCARDI, E. Frege's puzzle is here to stay: triviality and informativity in natural languages. *Manuscrito*, v. 43, n. 1, p. 115–150, 1 mar. 2020.

Recebido em: 15/01/2024.

Aprovado em: 30/07/2024.

Publicado em: 13/09/2024